

## ANÁLISE TRADUTÓRIA DE TEXTOS ACADÊMICOS PRODUZIDOS POR ESTUDANTES SURDOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS DIFERENTES NÍVEIS LINGUÍSTICOS CATEGORIZADOS PELO Q CER

### *TRANSLATION ANALYSIS OF ACADEMIC TEXTS PRODUCED BY DEAF STUDENTS FROM THE PERSPECTIVE OF LINGUISTIC LEVELS CATEGORIZED BY THE CEFR*



Paula Pentead de DAVID  
Pesquisadora Autônoma  
Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/7168496048315794>  
<https://orcid.org/0000-0002-2434-4807>  
[paulinhadedavid@hotmail.com](mailto:paulinhadedavid@hotmail.com)

Tatiana Bolivar LEBEDEFF  
Professora Adjunta  
Universidade Federal de Pelotas  
Unidades e Cursos de Graduação  
Centro de Letras e Comunicação  
Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/0081286250806899>  
<https://orcid.org/0000-0003-0586-349X>  
[tblebedeff@gmail.com](mailto:tblebedeff@gmail.com)

1

**Resumo:** O trabalho ora proposto traz, como tema central, os processos de tradução da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa. Tem como objeto de análise textos acadêmicos escritos por pós-graduandos surdos. Busca-se analisar e discutir as diferentes formas de registro desses textos, bem como a tradução do material. Foram analisados quatro processos de tradução de trabalhos de pós-graduação, sendo três dissertações e uma tese. Este estudo realizou análise de excertos, retirados dos textos produzidos por esses sujeitos, categorizados a partir do Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas, não para comparar os sujeitos, mas para classificar os textos dentro de diferentes níveis linguísticos de aquisição de uma segunda língua. No que tange ao suporte teórico, este estudo alicerça-se em estudos já propostos por Rigo (2015, 2018), Segala (2010) e Segala e Quadros (2015), entre outros nomes de referência para a área da surdez e da tradução. Percebeu-se que, para cada nível de produção linguística, foi necessário organizar uma estratégia diferente de tradução/adaptação linguística. Ou seja, os textos produzidos pelos usuários de Língua Portuguesa classificados como C requereram apenas adaptação linguística; já para os classificados como B foi utilizada uma combinação de adaptação linguística e tradução. Finalmente, o classificado como nível A teve necessidade de uma tradução.

**Palavras-chave:** Tradução de textos acadêmicos de autores surdos. Tradução Libras – Português escrito. Pós-graduandos surdos.

**Abstract:** *The paper presented here brings, as a central theme, the translation processes from the Brazilian Sign Language (Libras) to the Portuguese language. It is based on the analysis of academic papers written by deaf graduate students. The research seeks to analyze and discuss different forms of recording such texts, as well as their translation. Four different translating processes were analyzed – three dissertations and one thesis. This study carried out analysis of excerpts, taken from papers written by the subjects, categorized according to the Common European Framework of Reference for Languages (CEFR), not in order to compare the subjects, but aiming to classify the papers within different linguistic levels of acquisition of a second language. Regarding theoretical references, this paper is based on studies previously conducted by Rigo (2015, 2018), Segala (2010) and Segala and Quadros (2015), among other authors dedicated to the subjects of deafness and translation. It was noticed that for each level of linguistic production it was necessary to organize a different translation/linguistic adaptation strategy. In other words, texts produced by Portuguese-speaking users*



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

*This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.*

---

*classified as C required only linguistic adaptation; for those classified as B, a combination of linguistic adaptation and translation was necessary. Finally, the subject classified as level A needed only a translation.*

**Keywords:** *Translation of academic texts by deaf authors. Translation from Libras to written Portuguese. Deaf graduate students.*

O presente trabalho tem como foco o processo de tradução da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa (LP) em textos produzidos por acadêmicos, pós-graduandos surdos, em diferentes tipos de registros da língua fonte. Deste modo o objetivo principal é o de apresentar e discutir as diferentes formas de registro e tradução do material que é produzido por esses estudantes e que passa pelas mãos de um profissional com formação na área de Tradução e Interpretação de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP).

Este artigo discutirá a passagem de um texto entre as línguas supracitadas como um processo tradutório, conforme proposto por Rigo (2015). Assim, é possível afirmar que não existem somente textos traduzidos de uma língua escrita para outra língua escrita, mas também, processos tradutórios que estão focados em modalidades de língua diferentes – como a tradução de textos em língua de sinais para textos escritos em língua portuguesa.

2

Diante disso, serão apresentadas as estratégias de tradução de textos acadêmicos em um contexto bilíngue de atuação. Busca-se compreender como acontece o processo de registro do texto de chegada, sendo este um termo proposto por Rigo (2018), além de contemplar os anseios em pensar esse *fazer* como tradução ou adaptações linguísticas, termo também proposto por Rigo (2015). Além disso, outro questionamento que permeia este estudo é a necessidade de formação específica para a realização da atividade de tradução de textos acadêmicos, levando em consideração a legitimidade da atuação sem a formação de TILSP, ou Licenciatura em Letras, ou de uma relação dialógica que se completa e se soma entre ambas as formações.

Para isso, é preciso compreender algumas questões que são caras à temática apresentada neste estudo: a tradução como o produto linguístico, realizado por um profissional da área, bem como o conceito de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais e Portuguesa (TILSP) que é o responsável para dar corpo e forma ao produto-final – nesse caso, o texto. Para Quadros (2004), o tradutor intérprete de Libras é “. . . a pessoa que traduz e interpreta da língua de sinais para a língua falada e vice-versa, oral ou escrita” (Quadros, 2004, p. 7). Nesse sentido, de acordo com Lacerda (2009, p. 17), “. . . é possível considerar que a tradução e o intérprete são profissionais ponte, ou seja, favorecem que uma mensagem

---

cruze a 'barreira linguística' entre as duas comunidades”, tratando-se no caso do TILSP, da comunidade surda e ouvinte.

Além dessa transição entre ambas as línguas, como aponta a autora, o intérprete, por meio da língua de sinais, tem por objetivo, ainda, dar acesso aos surdos a um mundo de sons, fonemas e infinitas nuances de expressão e comunicação a que os ouvintes têm acesso.

Como se sabe, os surdos comunicam-se com o mundo, principalmente, por intermédio da língua de sinais, sua L1, ou seja, sua língua materna, que é de modalidade visual-gestual. A língua portuguesa será, portanto, sua L2, ou seja, sua segunda língua. A língua portuguesa será, nesse sentido, L2 e M2, ou seja, modalidade oral-auditiva, diferente da sua M1 que é uma língua visuoespacial, sendo, a sua aprendizagem, para muitos, um significativo esforço cognitivo e linguístico. Na maioria das escolas, os surdos ainda são submetidos a um ensino de língua portuguesa a partir de uma perspectiva de língua materna, quando, em realidade, seria sua L2 (Almeida et al., 2015). Nesse processo de aprendizagem de uma L2, conseqüentemente, a produção de uma interlíngua na escrita do surdo acontece de forma inevitável.

A interlíngua, conforme Moita Lopes (2003, p. 114), é a língua de transição do aluno entre a língua nativa (LN) e a língua-alvo (LAL) em certa altura do processo de aprendizagem. O autor cita Selinker (1972, p. 33-35) para explicar a existência de uma estrutura psicológica latente que é acionada no processo de aprendizagem da L2. Esse processo levará ao desenvolvimento de um sistema linguístico que é produzido na tentativa do aprendiz em produzir a LAL.

Para Mozzillo (2003), a principal característica da interlíngua, em linhas gerais,

. . . é a de possibilitar a adaptação do aprendiz durante o processo de encaminhamento ao nível máximo de seu desempenho na língua alvo. Alguns aspectos de sua interlíngua permanecerão, enquanto outros desaparecerão, já que se trata de um processo dinâmico, mutável e permeável. Por consequência, a interlíngua representa o repertório usual do falante que tenciona aproximar-se de outra língua. Embora imperfeita do ponto de vista normativo, trata-se da variedade linguística do aprendiz, que passa por uma série de transições durante o processo de aquisição de uma segunda língua (Mozzillo, 2003, p. 4).

A interlíngua na escrita dos surdos ocorre, portanto, porque no processo de

---

escolarização a língua de instrução, comunicação e expressão é a língua de sinais e, a língua de produção textual escrita é a língua oral. Vale pontuar que são línguas que apresentam estruturas e modalidades diferentes. Sendo assim, há necessidade de que os profissionais da educação a trabalhem com metodologias diferentes, o que nem sempre acontece. Diante desse fenômeno, concepções equivocadas e limitantes sobre os surdos são frequentes, pois alguns educadores veem os alunos surdos como incapazes de aprender a língua portuguesa, bem como de reconhecer as estruturas e léxicos da dada língua. Trata-se de um sujeito muitas vezes reconhecido pela falta, seja ela representada pela audição, fala ou capacidades de leitura e escrita (Lebedeff, 2006).

4 Esses desafios estendem-se ao ensino superior, quando o surdo entra nesse espaço e defronta-se com aulas, conteúdos e disciplinas organizados em língua portuguesa. Nesse sentido, percebe-se que a língua materna, a língua de sinais, é considerada e tratada, muitas vezes, como língua de interpretação, de comunicação, e não de produção de conhecimento. Entretanto, Silva (2017) ressalta o aumento significativo do número de produções acadêmicas textuais em Libras disponibilizadas, principalmente, na internet. Essas produções, segundo o autor, podem ser entendidas como produções de gênero acadêmico, um novo modelo comunicacional que a língua de sinais passa a contemplar. Para exemplificar, o autor cita, entre outras possibilidades, a Revista Brasileira de Vídeo Registro em Libras, da Universidade Federal de Santa Catarina<sup>i</sup> (UFSC), que é uma revista acadêmica com normatização de publicação em Libras e, o Portal Libras<sup>ii</sup>, também desenvolvido por esta universidade e que tem como objetivo disponibilizar todas as páginas da UFSC que envolvam materiais, textos acadêmicos e atividades que envolvam a Libras em um único sítio eletrônico, com a finalidade de socializar e facilitar o acesso às informações relativas a esta língua.

Segundo o autor, a ampliação dos espaços de utilização da Libras amplia, conseqüentemente, gêneros textuais nesta língua:

A utilização abrangente da língua de sinais vem gradualmente construindo novos espaços: escolares, acadêmicos, empresariais, jurídicos, etc. É natural cada espaço desenvolver um gênero textual de acordo com as características do contexto em que a língua é usada. A construção desses novos gêneros textuais amplia as possibilidades e usos da Libras e, conseqüentemente, passa a contemplar novas formas de comunicação, novos usuários e novos horizontes (Silva, 2017, p. 118).

---

Infelizmente, do ponto de vista da Educação Básica, pela perspectiva dos educadores de Surdos, a Libras aparece, muitas vezes, apenas como a língua de comunicação. Isso se estende para o ensino superior, é bem verdade, mas percebemos uma crítica, sobretudo metodológica, no sentido da produção de conhecimento. Além disso, muitas vezes a escrita em interlíngua é vista como algo a ser corrigido e não como um esforço cognitivo (Viana, 2019).

Partindo desse pressuposto, é possível fazer uma relação entre a realidade dos estudantes surdos com a dos estudantes indígenas. O processo de interlíngua também pode ser observado nos indígenas que escrevem, frequentam espaços culturais, moram no Brasil, estão inseridos em uma cultura maior e que, por terem como primeira língua a língua do seu grupo étnico, também produzem a interlíngua ao buscarem se adequar à cultura do outro, que é dita majoritária.

De acordo com Santos (2005), a língua portuguesa, assim como para o surdo, é a segunda língua das comunidades indígenas e, por isso, seu ensino precisa apresentá-la como segunda língua. Essa é uma das tarefas do professor na escola indígena: (re)conhecer essas especificidades e demandas do processo de ensino-aprendizagem.

É nesse processo de estar em contato com ambas as línguas que a interlíngua é produzida. Para isso, alguns autores debruçam-se sobre esse conceito a fim de (re)significar esse processo linguístico, como é o caso de Dechandt (2006) que observa como esse processo acontece na vida do surdo, aprendiz de uma segunda língua (L2).

A apropriação de uma L2 pelos surdos, no caso a escrita do Português, caracteriza-se por um processo contínuo, constituído por etapas que se sucedem no tempo, cujo ponto de partida é a língua de sinais (L1) e o ponto de chegada é a Língua Portuguesa (L2), na modalidade escrita . . . Ele se utiliza de estratégias de transferência da língua materna, de simplificação, de hipergeneralização e de transferência de instrução, que são dependentes de fatores internos individuais e de fatores externos contextuais (Dechandt, 2006, p. 312).

Dessa maneira, considerando a escrita do português pelo surdo como uma escrita em interlíngua, este trabalho propõe apresentar e avaliar o processo de tradução/adaptação linguística de textos acadêmicos de pós-graduandos surdos.

---

## Contextualização do Papel do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP)

A educação de surdos no Brasil tomou novos caminhos a partir da promulgação da Lei Federal nº 10.436, de 2002, a Lei de Libras, que reconhece esta língua como meio legal de comunicação.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Lei n. 10.436, 2002).

Uma significativa demanda de tradução e interpretação de textos acadêmicos emerge com o Decreto nº 5.626 (2005), quando os surdos começam a circular nos espaços da universidade. Conforme a lei:

6

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (Decreto n. 5.626, 2005).

Com isso, surge, também, a demanda de profissionais que permitam ao surdo o acesso aos saberes e aos conhecimentos construídos em uma instituição de ensino superior, os tradutores e intérpretes de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP). Diante dessas novas demandas, campos do saber como a Educação, Letras e Linguística alicerçam os estudos voltados a essa prática, somando-se aos estudos já propostos pela área dos Estudos da Tradução.

Somado a isso, outro direito assegurado aos surdos, que é regido por lei, é proposto pelo Decreto nº 5.626 (2005), que regulamenta a Lei nº 10.436 (2002), que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 (2000), que assegura o direito à educação bilíngue aos surdos. O conceito de bilinguismo está embasado no direito do surdo em adquirir duas línguas, a língua de sinais brasileira, como primeira língua, e a

---

língua portuguesa, como segunda. Entretanto, na prática, muitas vezes, isso acontece de forma inversa, pois o surdo, ao chegar na escola que não possui proposta bilíngue, tem acesso aos conteúdos e todas as práticas escolares em língua portuguesa, e a Libras aparece em um segundo plano, quando aparece, na possibilidade de presença de um TILSP ou na interação com colegas surdos. Além disso, por vezes, esse mesmo surdo ainda não tem conhecimento da sua própria língua, a Libras, o que acarreta ainda mais desconfortos linguístico dentro de uma concepção de que o processo de aprendizagem não acontece nem em sua língua materna, que deveria acompanhá-lo desde o nascimento, nem mesmo nessa segunda língua, nesse caso, a língua portuguesa.

Conquistas como a obrigatoriedade da Disciplina de Libras nas Licenciaturas e a regulamentação da profissão de TILSP mudaram o cenário educacional com o ingresso expressivo de surdos (como docentes e discentes) e TILSP nas universidades em diferentes cursos de graduação e, também, nos programas de pós-graduação. A Libras começou a ter protagonismo na educação de surdos, entretanto, sua aceitação como língua de produção acadêmica ainda é tímida.

Algumas instituições, como o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) aceitam a Libras como uma língua de produção acadêmica. Taveira et al (2015), Rosado e Ferreira (2015), professores de Pós-Graduação da instituição, desenvolveram um conjunto de estratégias e sistematização de apresentações de trabalhos de conclusão de curso em que a Libras é a língua oficial de registro. Há, também, revistas que atualmente aceitam artigos que contemplam as línguas de sinais na sua forma de expressão, como a já comentada Revista Brasileira de Vídeo-Registros em Libras, da UFSC. Vale destacar, nesse sentido, que pelo Decreto nº 5.626 (2005) a Libras não substitui a língua portuguesa, deste modo, a esmagadora maioria das instituições de ensino não aceita que os trabalhos de conclusão de curso (Graduação, *lato* ou *stricto sensu*) sejam produzidos em Libras, fato que leva os surdos a recorrerem ao processo de tradução ou adequação linguística de seus textos.

Durante esse processo de tradução e interpretação, ou, ainda, adequação linguística do texto produzido pelo surdo, o conhecimento da língua e da cultura desses sujeitos é imprescindível. É preciso experienciar o social e cultural da língua. Para Sobral,

compreendemos que, mesmo diante da importante diferenciação entre tradução e interpretação e seus devidos encaminhamentos práticos para a atuação dos profissionais que a realizam amplamente abordada pelos teóricos da tradução e

---

interpretação, a tradução envolve interpretação e a interpretação envolve tradução, visto que estamos falando de diferentes dimensões da mobilização de discursos (Sobral, 2008, p. 225).

Assim, trata-se de dois distintos processos que se somam, os quais são a tradução e a interpretação, a fim de viabilizar a comunicação, dentro de um propósito enunciativo, trabalhando e mobilizando diferentes discursos, ou seja, levado em consideração as possibilidades expressivas da língua em questão, que, nesse caso, é demarcada pela Libras e pela língua portuguesa. Cotidianamente, no processo de tradução e interpretação de libras, os trabalhos são conduzidos, majoritariamente, na direção língua portuguesa-Libras, diferentemente se pensarmos no reduzido número de trabalhos que contemplam a direção inversa, de Libras-língua portuguesa. De acordo com Rigo (2015, pp. 461-462), a maioria dos textos traduzidos da Libras para a língua portuguesa concentra-se em traduções de textos do gênero literário, como, por exemplo, poesias, a saber: Nicoloso (2010); Souza (2010); Weininger et al. (2014); Klamt (2014), entre outros.

8 Ainda de acordo com Rigo (2015, p. 462), “. . . as discussões e teorias na área da tradução escrita das produções acadêmicas em Libras são escassas”. Assim, faz-se necessário (re)pensar essa temática, buscando auxiliar nas práticas de tradução nessa direção. Somado a isso, Rigo (2015, p. 467 como citado em Marques, 2014, p.1) pontua que a pessoa surda tem, no registro de vídeo, um “instrumento político-social de garantia à expressão, argumentação e questionamento das pessoas surdas” o que “viabiliza a inclusão social da pessoa surda nos diversos âmbitos”. Para Silva (2013, p. 149) “. . . há necessidade de se discutir e repensar sobre os registros nas línguas sinalizadas, os possíveis indicadores de formalidade presentes nos diferentes discursos e diversos gêneros textuais que a Libras compreende”.

O ato de traduzir que contempla línguas de diferentes modalidades e registros, de acordo com Segala (2010), Segala e Quadros (2015) e Rodrigues (2018), é chamado de traduções intermodais em que a língua-fonte do sujeito proponente do texto, nesse caso, o surdo, é apresentada na sua modalidade escrita, por meio de um texto que contempla as características do gênero acadêmico: artigos, monografias, dissertações e teses. Esse texto, no entanto, é construído tendo como embasamento a modalidade oral (sinalizada) de língua e é registrado em vídeo a fim de ser traduzido. Para Rigo (2018, p. 178), o processo de tradução intermodal, que é o objeto de estudo do presente trabalho, trata-se de uma prática não frequente, mas que, gradativamente, delimita seu espaço como prática de atuação,



estruturando-se da seguinte forma, conforme apresentado na Figura 1:

**Figura 1**  
*Processo de tradução.*



Fonte: Rigo (2018, p. 178).

Ainda de acordo com Rigo (2018), Segala (2010) e Segala e Quadros (2015), essa prática também é reconhecida como tradução intersemiótica, interlingual (Segala, 2010) ou interlinguística (Segala & Quadros, 2015) ao envolver línguas de modalidades diferentes. Os dois últimos autores buscam em Jakobson (1959) o embasamento para entender a tradução intersemiótica, que é pensada considerando os elementos não verbais do texto inicial, ou seja, os recursos visuais presentes na língua de sinais. Rigo (2002) vale-se de elementos – como, por exemplo, cor, destaques, notas, citações, legendas, imagem e vídeos – do design editorial que compõe o texto em língua de sinais. Trata-se de uma proposta de Krusser (2017) e que, atualmente, é colocada em prática, como já posto, pelo INES, que reconhece como legítima a versão em língua de sinais, produzindo trabalhos acadêmicos em vídeo.

Durante o processo de formação acadêmica, em que o sujeito se depara com a segunda língua como língua de instrução e de materialização de todos os processos e de trabalhos educativos, a presença do tradutor e intérprete de Libras faz-se presente e necessária. Para Nord (2016, p. 22),

um processo de ação tradutória é geralmente iniciado por um cliente ou “iniciador” (INI), que contrata um tradutor (TRD), uma vez que ele necessita de certo texto alvo (TA) para um destinatário ou receptor determinado (R-TA). Pode também acontecer de precisamente ser o iniciador quem queira entender na língua alvo (LA) um determinado texto fonte (TF) escrito em uma língua fonte (LF) por um autor inserido em uma cultura fonte (CF), ou ainda transmitido por um emissor desta língua fonte (E-TF).

---

Portanto, assim, estabelece-se a relação entre tradutor, iniciador e produto que, nesse caso, é o texto-final. A recepção desse texto por parte do tradutor acontece de forma a contemplar as necessidades linguísticas, bem como objetivas de cada texto, prezando por um trabalho de qualidade e fidedignidade. Nessa relação, o surdo, enquanto cliente, ao entregar seu trabalho, visa que haja respeito a sua língua, bem como qualidade e fidedignidade do tradutor ao trabalhar com um texto que tem uma cultura e uma identidade que transcende e emerge das linhas, entrelinhas e da costura desse texto. Trata-se, sobremaneira, de um trabalho em que a troca linguística e o contato bimodal dão origem ao produto-final, o texto traduzido da Libras à língua portuguesa.

### **Encaminhamento Metodológico**

Os objetos de análise do presente estudo são os processos tradutórios de textos de acadêmicos surdos em um contexto bilíngue de atuação. Portanto, o *corpora* da presente pesquisa é formado por excertos de trabalhos de quatro pessoas surdas, todas cursando pós-graduação: dois estudantes da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que estão vinculados ao Curso de Mestrado em Letras – Estudos da Linguagem, do Centro de Letras e Comunicação; uma estudante matriculada no Conjunto Agrotécnico Visconde da Graças (CAVG-Pelotas), no Curso de Mestrado em Ciências e Tecnologias na Educação; e, um estudante matriculado na Universidade Federal do Ceará (UFC), no Curso de Doutorado em Ciências da Computação.

Os quatro estudantes procuraram os serviços de TILSP da primeira autora, para que seus textos acadêmicos fossem traduzidos para a língua portuguesa. Serão identificados como S1, S2, S3 e S4. Cabe salientar que se trata de um trabalho de ordem descritiva dos processos, sem juízo de valor ou comparação entre os níveis e escolhas linguísticas dos sujeitos surdos. O que, de fato, busca-se averiguar é: a) as diferentes formas e estratégias que o estudante pós-graduando surdo utiliza para a escrita dos textos acadêmicos; b) em qual formato esse texto chega ao profissional intérprete, e; c) quais são as soluções tradutórias escolhidas pela profissional responsável pela tradução.

No que tange à organização deste estudo, alguns processos devem ser explicitados. Inicialmente, buscou-se o modelo de categorização do nível de proficiência em língua portuguesa escrita dos sujeitos utilizando os critérios propostos pelo Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – QECR (2001). Essa proposta está centrada nos conceitos apresentados ao longo deste estudo, mais especificamente ao conceito de interlíngua e às

---

categorizações e aos níveis linguísticos que cada indivíduo se encontra, levando em consideração esse processo de aprendizagem.

O Quadro Europeu Comum, como bem aponta o nome, trata-se de um quadro proposto por linguistas europeus a fim de medir os conhecimentos de um sujeito em um determinado idioma, avaliando-o linguisticamente em graus similares nas três destrezas comunicativas: orais, escritas e de entendimento. Nesse quadro, há três níveis que se subdividem em dois subníveis. O nível (A), utilizador elementar, engloba aqueles que utilizam frases simples para comunicar-se. É o conhecimento básico, inicial, de língua. Dentro desse nível, os dois subníveis são: A2, que compreende frases isoladas e sabe trocar informações simples sobre assuntos que lhe são familiares, e o subnível A1, que é capaz de compreender e usar expressões simples, atrevendo-se a fazer perguntas e a dar respostas pessoais.

O nível (B), utilizador independente, apresenta boa fluência ao comunicar-se com um interlocutor nativo, compreende textos escritos e sabe posicionar-se sobre o que lê. Os subníveis são: B2, que compreende as ideias principais de textos complexos, comunica-se tranquilamente com falantes nativos e sabe exprimir-se sobre vários temas. O subnível B1 compreende os sujeitos que são capazes de produzir um discurso simples sobre assuntos que lhe são familiares ou de interesse pessoal, sabem expor opinião.

O último nível dos três é o nível utilizador proficiente, nível C, em que o sujeito compreende e expressa-se com muita facilidade no idioma. Nesse nível há, também, dois subníveis: C2, que compreende facilmente o que ouve ou lê, resume informações e sabe argumentar sobre diferentes temas, e o nível C1, que é capaz de compreender significados implícitos em textos, fala sobre temas complexos e de maneira clara. (MEC/GAERI,2020).

A singularidade, a forma de escrita, o modo de produção de texto e de organização textual, até o texto chegar às mãos da TILSP, foram únicos e muito dizem do processo e nível linguístico de cada sujeito. A seguir, no Quadro 1, esses traços e singularidades ficarão mais explícitos com os excertos de textos retirados desses trabalhos.

**Quadro 1***Níveis de Proficiência em Língua Portuguesa.*

<b>Níveis de Proficiência</b>	<b>Descrição da Proficiência</b>	<b>Surdos</b>	<b>Exemplo de Produção</b>
A1 – Iniciante	É capaz de compreender e usar expressões familiares e cotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam satisfazer necessidades concretas. Pode apresentar-se e apresentar outros e é capaz de fazer perguntas e dar respostas sobre aspectos pessoais, como, por exemplo, o local onde vive, as pessoas que conhece e as coisas que tem. Pode comunicar de modo simples, se o interlocutor falar lenta e distintamente e se mostrar cooperante.	Sujeito 1 – S1	"Atenção eu arrumo continua verde abaixo".
A2 – Básico	É capaz de compreender frases isoladas frequentes relacionadas com áreas de prioridade imediata (p. ex.: informações pessoais e familiares simples, compras, meio circundante). É capaz de comunicar-se em tarefas simples e em rotinas que exigem apenas uma troca de informação simples e direta sobre assuntos que lhe são familiares e habituais. Pode descrever de modo simples a sua formação, o meio circundante e, ainda, referir assuntos relacionados com necessidades imediatas.	Sujeito 2 – S2	"Professores de libras depende cada adaptar e expressar para aplicar os materiais de didáticas, porque cada o jeito diferentes".
B1 – Intermediário	É capaz de compreender as questões principais, quando é usada uma linguagem clara e estandardizada e os assuntos lhe são familiares (temas abordados no trabalho, na escola e nos momentos de lazer, etc.). É capaz de lidar com a maioria das situações encontradas na região onde se fala a língua-alvo. É capaz de produzir um discurso simples e coerente sobre assuntos que lhe são familiares ou de interesse pessoal. Pode descrever experiências e eventos, sonhos, esperanças e ambições, bem como expor brevemente razões e justificações para uma opinião ou um projeto.	Sujeito 3 – S3	"Sempre acredito que esses acadêmicos surdos que são muito importantes para ajudar melhor processo aprendizado, porque antigamente dos acadêmicos surdos estudavam nas universidades que não tinham termos quanto sinais específicos, significam que são prejudicados por causa faltantes sinais-termos e glossário sem Libras (...)".
B2 – Usuário Independente	É capaz de compreender as ideias principais em textos complexos sobre assuntos concretos e abstratos, incluindo discussões técnicas na sua área de especialidade. É capaz de comunicar com		

	certo grau de espontaneidade com falantes nativos, sem que haja tensão de parte a parte. É capaz de exprimir-se de modo claro e pormenorizado sobre uma grande variedade de temas e explicar um ponto de vista sobre um tema da atualidade, expondo as vantagens e os inconvenientes de várias possibilidades.		
C1 – Proficiência operativa eficaz	É capaz de compreender um vasto número de textos longos e exigentes, reconhecendo os seus significados implícitos. É capaz de se exprimir de forma fluente e espontânea sem precisar procurar muito as palavras. É capaz de usar a língua de modo flexível e eficaz para fins sociais, académicos e profissionais. Pode exprimir-se sobre temas complexos, de forma clara e bem estruturada, manifestando o domínio de mecanismos de organização, de articulação e de coesão do discurso.	Sujeito 4 – S4	"A pesquisa realizada do capítulo neste livro foi baseada na experiência de uso de tecnologias assistivas para pessoas surdas, o avanço da tecnologia ajudando na comunicação na inclusão social, entre surdos e ouvintes".
C2 – Domínio Pleno	É capaz de compreender, sem esforço, praticamente tudo o que ouve ou lê. É capaz de resumir as informações recolhidas em diversas fontes orais e escritas, reconstruindo argumentos e fatos de um modo coerente. É capaz de se exprimir espontaneamente, de modo fluente e com exatidão, sendo capaz de distinguir finas variações de significado em situações complexas.		

Fonte: Adaptado de MEC/GAERI, 2020.

Frente aos fragmentos apresentados no Quadro 1, é necessário e imprescindível pontuar que este trabalho, em nenhum momento, busca comparar os informantes a fim de julgá-los mais ou menos competentes na língua portuguesa, tampouco fazer juízo de valor sobre seus conhecimentos linguísticos, mas sim olhar para esses informantes como sujeitos agentes de um processo de formação linguística, dentro de um contexto que os obriga a fazer uso de sua L2, nesse caso, a língua portuguesa.

O primeiro informante, o Sujeito 1 – S1, está no nível de proficiência iniciante, pois traz enunciados/frases simples no momento da produção do texto. Com o objetivo de driblar essa barreira, durante todo o processo de escrita do trabalho de pós-graduação, o S1 optou pelo uso da Libras como forma de expressão. Além disso, todos os textos encaminhados por

---

ele contavam com a parte referente ao esboço do texto, um guia textual, em que ele sinalizava. Por exemplo: vídeo 1 – logo após alguma citação escrita em língua portuguesa – vídeo 2 – outra citação direta ou comentário. Anexo ao esboço/guia textual, S1 encaminhava os vídeos em libras para que a tradutora fizesse a tradução do texto. Diante disso, ao pensar na proposta de enquadrá-los em níveis de proficiência linguística, esse seria o sujeito com maior dificuldade na L2. Foram poucos os trechos de texto que tenham sido, de fato, escritos e não somente sinalizados em vídeo, ou que fossem citação direta, que o autor enviava para colocar no corpo do texto. Assim sendo, tem-se, nesse caso, um processo tradutório.

Nos vídeos, contudo, expressando-se em Libras, o S1 sentia-se, nitidamente, mais à vontade para produzir seu texto. Com isso, na produção do texto em língua portuguesa, muitos elementos linguísticos, como expressões, elementos coesivos, por exemplo, partiram do conhecimento da tradutora como falante da língua portuguesa. Contudo, foi no texto em vídeo que a tradutora se debruçou para melhor entender o contexto dessas expressões, valendo-se do seu conhecimento de L2, nesse caso, a Libras.

14

O sujeito 2, S2, durante seu processo de escrita, demandou outro tipo de organização do trabalho. Nesse caso, o processo de escrita aconteceu de forma presencial e o processo de tradução era simultâneo: enquanto o S2 sinalizava, era realizada a tradução – por vezes, alguns textos foram enviados via e-mail. Em questões de apropriação da L2, evidenciadas no Quadro 1, S2 pode ser classificado no nível básico.

O sujeito 2 sempre foi muito curioso durante todo o processo de escrita do trabalho e, por diversas vezes, no processo de tradução, chegou a questionar o uso de certas expressões no texto. Além disso, sentia-se instigado para compreender a organização/estrutura dos enunciados, o que o ajudava a perceber e a aprender algumas expressões e, paulatinamente, a apropriar-se mais da língua portuguesa.

É possível observar que S2 não apresenta equívocos na estruturação da frase em língua portuguesa, nem mesmo na questão ortográfica da língua, produzindo, assim, um enunciado simples e perfeitamente compreensível no âmbito da transmissão da mensagem que deseja passar a seu interlocutor.

No que compete ao sujeito 3, o nível de língua que melhor o contempla é o B1 intermediário. Durante o processo de escrita do seu trabalho, S3 encaminhou seus textos em língua portuguesa com estruturas simples, mas muito bem organizadas no quesito lexical e semântico.

Durante todo o processo de escrita, foi notória sua evolução linguística. Um ponto

---

bastante importante que deve ser destacado está relacionado à facilidade com que usava os elementos coesivos, *costurando* o texto. Entretanto, algo bastante forte na escrita desse surdo é a retomada de ideias. O efeito *zig-zag*, característica muitas vezes observada em usuários da Libras, fazia-se presente constantemente em sua produção escrita, o que, por vezes, deixava o texto bastante repetitivo. O termo *zig-zag*, ou também enredo justaposto ou quebrado, rememora o processo literário de narrativas não-lineares, de acordo com Gancho (2006). Esse processo está presente em grandes obras da Literatura como, por exemplo, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis e *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. Busca-se ressignificar o processo, nesse estudo, tentando contemplar o processo de ir e vir das narrativas/discurso dos surdos, que é traduzido de forma escrita ou oral por TILSP.

E, finalmente, o sujeito S4, transita tranquilamente no nível avançado de língua, na proficiência operativa e eficaz. Durante o processo de escrita desse estudante, foi notório seu desenvolvimento avançado no conhecimento da língua portuguesa. Os textos para a tradução eram quase tão somente enviados para a revisão, pois em poucas vezes apareciam construções linguísticas que lembravam a Libras.

Esse surdo transitava, ademais, tranquilamente entre texto em língua portuguesa e em língua inglesa e, com muita facilidade, conseguia resenhar as leituras, trazendo para seu texto visões já bastante organizadas sobre o assunto tratado. Além disso, a construção frasal não se limitava a construções simples, mas complexas e encadeadas. Durante todo o processo de escrita do trabalho, S4 encaminhou poucos vídeos explicando algo que melhor contextualizasse o que precisava ser dito em algumas partes do texto. O nível linguístico avançado possibilitou maior traquejo com a escrita e certamente o auxiliou durante todo o processo de produção escrita do trabalho final do seu curso.

É válido, nesse momento de descrição dos sujeitos, apresentar as justificativas de categorização para o sujeito S3 e entender o porquê esse foi classificado em B1 e não em B2; e, da mesma forma, pensar e explicar os motivos pelos quais o sujeito S4 é classificado em C1, mas não em C2. No primeiro caso, o surdo mostrou entender aspectos linguísticos iniciais, superficiais assim que teve contato com o texto já traduzido, solicitando explicações, em Libras das escolhas tradutórias e lexicais, evidenciando certa dificuldade em aprofundar-se em suas análises e interpretações, tanto do texto traduzido, como na leitura de textos base para a escrita de seu respectivo trabalho. Um nível linguístico que o permitia discursos bastante simples, o que difere do nível B2 que evidencia um maior potencial por parte do sujeito de realizar interpretações mais aprofundadas e, conseqüentemente, mais reflexiva e

---

argumentativa que pudesse classificá-lo nesse nível linguístico.

Já o sujeito S4 é classificado em C1 porque durante seu processo de escrita sempre apresentou muita facilidade de expressão, conseguia interpretar de forma satisfatória os textos que lia, resumindo-os tranquilamente, passando isso diretamente para o papel. Foi um caso de tão somente revisar o texto, sem muitas alterações. Porém, é bastante difícil classificá-lo em um nível C2, pois, pois apresentou certas dificuldades ao entender questões relacionadas à variação de expressão linguística e expressões metafóricas e isso, por ser algo que contempla esse nível de entendimento pleno da língua e muito presente na língua-alvo, nesse caso, pelo surdo não ter domínio pleno dessas questões, impossibilita-o de estar nesse nível que o classifica como um usuário pleno, de conhecimento total linguístico da língua-alvo.

Assim, diante dessa categorização, com o uso do QECR, propõe-se uma reflexão sobre as questões relacionadas ao uso das línguas em contato e os diferentes resultados dos níveis de interlíngua, que resultam desse contato. Vale ressaltar que os sujeitos não foram submetidos a avaliações ou testagens linguísticas para que fossem classificados nos diferentes níveis. Sugere-se a classificação nesses respectivos níveis tendo como referencial a produção escrita dos sujeitos. Somado a isso, é importante destacar que, embora não tenha sido feita uma avaliação ou testagens linguísticas, foram usados os critérios utilizados pelo QECR, servindo de mediadores para a análise do ponto de vista da tradução.

16

Diante das diferentes estratégias utilizadas no processo de passagem do texto-fonte para a língua-alvo escrita, compreende-se, como sugere Rigo (2015), que esse tipo de trabalho não é um mero processo de adequação linguística, mas, é um processo tradutório. É preciso, assim, lançar mão de diferentes estratégias para os diferentes níveis linguísticos a fim de não simplificar esse trabalho como uma simples adequação ou revisão linguística, mas entendê-lo como um processo tradutório complexo.

### **Considerações Finais**

Falar de língua é sempre falar de variação, seja ela no âmbito da escrita, da fala ou da tradução. Todo o processo linguístico requer comprometimento entre aquilo que o autor quer transmitir com seu texto para um melhor entendimento por parte do leitor, que receberá esse texto. No processo de tradução, essa cumplicidade se soma, ainda, ao papel do tradutor que se coloca entre o autor e o leitor, fazendo uso de duas línguas concomitantemente, respeitando suas estruturas, especificidades e léxicos.

Diante das análises apresentadas, a partir dos critérios do Quadro Comum Europeu,



---

foi possível perceber que, além de os sujeitos apresentarem níveis de língua distintos, com escritas em diferentes níveis de interlíngua, os processos de tradução de seus respectivos textos também foram distintos, sendo necessário utilizar estratégias tradutórias diferentes. Ou seja, para os textos do sujeito classificado na categoria C, por trazerem um nível de língua bastante avançado, foram necessárias pequenas adaptações linguísticas. Em contrapartida, nos textos do sujeito categorizado como B foi utilizado somente o processo de tradução, já que na escrita, seu trabalho minimamente trazia algo estruturado em L2, optando sempre pela expressão e pelo uso da Libras. E, por último, para os sujeitos classificados no nível A houve a necessidade de que seus textos, durante o processo de escrita, sofressem adaptações linguísticas e tradutórias. Nesse momento, é interessante pensar: esses sujeitos, classificados em um mesmo nível, poderiam requerer estratégias iguais ou as singularidades de autoria provocariam estratégias diferentes?

Ao observar o quadro com os diferentes níveis de língua dos diferentes sujeitos, é possível dizer que os recursos tradutórios utilizados pelo profissional da tradução assemelham-se: inicialmente pela língua de partida, nesse caso, a Libras e pela forma de tradução em que chegavam: a partir de vídeos em Libras, ora vídeos e partes do texto; ora texto escrito em que a interferência da Libras acontecia de forma escrita, que, por vezes, mesclava ambas as línguas e era preciso recorrer ao aporte visual de um vídeo do surdo explicando o que pretendia transmitir com aquela expressão, frase ou parágrafo. No processo de tradução dos textos acadêmicos, sugere-se, a interação entre autor e tradutor deve ser ainda mais próxima, considerando que esse profissional deve contemplar os anseios trazidos na escrita/vídeo do autor que propõe um dado texto.

É importante ressaltar que todos os sujeitos tinham domínio do conteúdo que queriam traduzir, os textos sinalizados tinham tanto rigor teórico quanto os textos escritos em língua portuguesa. Nesse sentido, os níveis de proficiência de língua escrita diferem-se entre os sujeitos, embora a L1 seja a mesma. É possível observar, na escrita em interlíngua, diferentes estratégias linguísticas (em ambas línguas e modalidades) para dar sentido ao texto. Portanto, diante disso, retoma-se uma das questões iniciais deste estudo concluindo que não é qualquer profissional, sem a formação específica em línguas, que pode atuar no processo de tradução. A exemplo disso, um advogado, um administrador com conhecimento em Libras, mas que não tem formação em tradução e interpretação, certamente, não teria condições de dar conta do processo linguístico e tradutório que demanda a atividade de um TILSP. Será que somente a formação em tradução e interpretação legitima o profissional a trabalhar nessa

---

área? Não, pois, em contrapartida, é preciso conhecimento linguístico e “domínio”, se assim é possível dizer, das normas e estrutura de ambas as línguas que estão concomitantemente envolvidas nesse processo de tradução. Assim, torna-se evidente que, não se trata de uma formação ou de outra, como se pudessem ser pensadas separadamente, mas de reconhecê-las como essenciais e necessárias de forma igualitária e atuantes no processo de tradução.

Somado a isso, é indiscutível a necessidade de compreender ambos os sistemas linguísticos, além da necessidade de estar incluído dentro da comunidade surda, pois muitas das questões e construções linguísticas que apresentam em seus respectivos textos são contextualizadas e atravessadas por questões culturais.

Além disso, outro ponto a ser ressaltado é a questão da variação linguística presente nesse processo, pois, ao tratar-se de língua, sempre se estará lidando com conhecimentos e níveis linguísticos distintos. A língua não é hegemônica; há variações e há níveis linguísticos de conhecimento, o que requer ainda mais conhecimento do profissional tradutor que precisa contemplar essas variações, respeitando o discurso do surdo e as marcas pessoais e subjetivas que são trazidas ao longo do texto.

18

É importante destacar, também, o limite, a fronteira em que acontecem os processos apresentados nesse estudo: tradução e revisão textual. A tradução acontece quando há a transposição de um texto sinalizado para um texto escrito, sendo esse da língua-fonte para a língua-alvo, nesse caso, da Libras para a língua portuguesa. Há nesse caso, línguas, modalidades de língua, estruturas linguísticas distintas envolvidas e que precisam estar em consonância. Diferente do processo de revisão, em que embora seja necessário o conhecimento de ambas as línguas para reconhecer, por vezes, a interferência de um ou de outra no texto escrito. Com isso, há pouca necessidade de intervenção do TILSP, pois o texto já contempla a singularidade necessária que é exigida para reconhecê-lo como um texto que já está na língua-alvo. É necessário, também, que o TILSP saiba reconhecer o nível de proficiência em ambas as línguas a fim de buscar um melhor desempenho no processo de tradução, pois esse conhecimento fornecerá informações sobre quais as intervenções que precisam ser realizadas.

Finalmente, como bem aponta Rigo (2015), é necessário repensar o trabalho de tradução, pois, embora apresente uma tarefa urgente e emergente (Fernandes & Rosa, 2014), é preciso contemplar as necessidades de expressão do pensamento original do sujeito surdo em suas produções acadêmicas e intelectuais.

---

## REFERÊNCIAS

- Almeida, D. L., Santos, G. F. D., & Lacerda, C. B. F. (2015, set./dez.). O ensino do Português como segunda língua para surdos: estratégias didáticas. *Revista Reflexão e Ação*, 23(3), 30-57.
- Dechandt, S. B. (2006). A apropriação da escrita por crianças surdas. In R. M. Quadros. (Org.), *Estudos Surdos I*. Arara Azul.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. (2005, 23 dezembro). Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)
- Fernandes, C. L., & Rosa, F. S. (2014). Tradução Acadêmica da Língua de Sinais para o Português Escrito: a urgência e emergência desse trabalho. *Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa*. Florianópolis.
- Gancho, C. V. (2006). *Como Analisar Narrativas* (Série Princípios, 9 ed.). Ática.
- Jakobson, R. (1959). On Linguistic Aspects of Translation. In R. A. Brower (Ed.), *On Translation*. Harvard University Press.
- Klamt, M. M. (2014). Tradução Comentada do poema em Língua Brasileira de sinais: “Voo sobre o Rio”. *Revista Belas Infêis*, 3(2), 107-123. <https://doi.org/10.26512/belasinfieis.v3.n2.2014.11285>
- Krusser, R. S. (2017). *Design Editorial na Tradução de Português para Libras* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177595>
- Lacerda, C. B. F. (2009). *Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Editora Mediação.
- Lebedeff, T. B. (2006). O que lembram os surdos de sua escola: discussão das marcas criadas pelo processo de escolarização. In A. da S. Thoma & M. C. Lopes. (Orgs.), *A Invenção da Surdez II* (1. ed., pp. 47-61). Edunisc.
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. (2000, 20 dezembro). Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm)
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. (2002, 25 abril). Reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)
- Marques, R. R. (2014). Os Vídeo-Registros e suas Implicações na área de Tradução em

MEC/GARI – Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Disponível em: [https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk02yED165w87RjZEBLSk0Lf9Ff5L\\_w:1625411859132&source=univ&tbm=isch&q=MEC/GARI,2020+quadro+comum+europou&sa=X&ved=2ahUKEwiYpeiD28nxAhXaHrkGHbu1DvMQjJkEegQIExAC&biw=1093&bih=526#imgc=IA2VB0w2uz9DAM](https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk02yED165w87RjZEBLSk0Lf9Ff5L_w:1625411859132&source=univ&tbm=isch&q=MEC/GARI,2020+quadro+comum+europou&sa=X&ved=2ahUKEwiYpeiD28nxAhXaHrkGHbu1DvMQjJkEegQIExAC&biw=1093&bih=526#imgc=IA2VB0w2uz9DAM)

Moita Lopes, L. P. da. (2003). *Oficina de linguística aplicada. A natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas* (pp. 113-124). Mercado de Letras.

Mozzillo, I. (2003, julho). Aspectos da Conversação Bilíngue Reinterpretados a partir do Princípio da Relevância. *Revista ABRALIN, II*(1), 51-85.

Nicoloso, S. (2010). Traduzindo Poesia em Língua de Sinais: uma experiência fascinante de verter gestos em palavras [Tradução e Interpretação de Língua de Sinais]. *Cadernos de Tradução, 2*(26), 307-332.

Nord, C. (2016). *Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática* (M. E. Zipser, Coord. de Trad. e Adaptação; Coleção Transtextos, v.1). São Paulo.

20

Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, ensino, avaliação. (2001). Edições ASA. [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/quadro\\_europeu\\_comum\\_referencia.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/quadro_europeu_comum_referencia.pdf)

Quadros, R. M. (2004). *O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa*. Secretaria de Educação Especial/Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. MEC/SEESP.

Rigo, N. S. (2015). Tradução de Libras para Português de Textos Acadêmicos: considerações sobre a prática [Estudos da Tradução e da Interpretação de Língua de Sinais]. *Cadernos de Tradução, 35*(2), 428-478. <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp2p458>

Rigo, N. S. (2018, junho). Tradução de Textos Acadêmicos de Português para a Língua Brasileira de Sinais: O Emprego de Elementos do Design Editorial como Soluções Tradutórias. *Translatio, 15*, 173-196.

Rodrigues, C. H. (2018). Translation and Signed Language: highlighting the visual-gestural modality. *Cadernos de Tradução, 38*(2), 94-319. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7968.2018v38n2p294>

Santos, L. A. dos. (2005). Considerações sobre o ensino de português como segunda língua a partir da experiência com professores Wajãpi. *Cadernos de educação escolar indígena, 4*(1), 149-164.

- 
- Segala, R. R. (2010). *Tradução Intermodal e Intersemiótica/Interlingual: português brasileiro escrito para língua brasileira de sinais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94582>
- Segala, R. R., & Quadros, R. M. (2015). Tradução intermodal, intersemiótica e interlinguística de textos escritos em Português para a Libras oral [Estudos da Tradução e da Interpretação de Língua de Sinais]. *Cadernos de Tradução*, 35(2), 354-386. <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp2p354>
- Selinker, L. (1972). Interlanguage. *International Review of Applied Linguistics*, 10, 209-231.
- Silva, R. C. (2013). *Indicadores de Formalidade no Gênero Monológico em Libras* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122823>
- Silva, R. C. (2017, jan./jun.). Produções acadêmicas em Libras como ferramentas de política linguística das comunidades surdas brasileiras. *Revista Leitura*, 1(58), 107-123. <https://doi.org/10.28998/2317-9945.2017v1n58p107-123>
- Sobral, A. (2008). Posfácio. In I. C. Benedetti & A. Sobral (Orgs.), *Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução* (pp. 201-214). Parábola.
- Souza, S. X. (2010). *Performances de Tradução para a Língua Brasileira de Sinais Observadas no Curso de Letras-Libras* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94642>
- Taveira, C., Rosado, A., Lemos, G. S., Furriel, M.S. (2015). Novas tecnologias na produção de monografias em Libras com alunos do INES: língua de sinais, performance surda e o uso do vídeo digital. In L. A. S. Rosado & G. M. S. Ferreira (Org.), *Educação e tecnologia: parcerias* (Vol. 4, p. 142-186). Editora Universidade Estácio de Sá.
- Viana, J. M. (2019). *Adaptação do Shape Coding para o ensino de Língua Portuguesa para surdos do sexto ano do Ensino Fundamental* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas]. Repositório Institucional da UFPel. [http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/4478/1/Dissertacao\\_Joseane\\_Maciel\\_Viana.pdf](http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/4478/1/Dissertacao_Joseane_Maciel_Viana.pdf)
- Weininger, M. J.; Spence-Sutton, R.; Machado, F. Rigo, N.; Souza, S.X.; Heinzemann, R. (2014). Quando Múltiplos Olhares Geram Diferentes Experiências de Tradução ao Português de um Poema em Libras: o caso de “Homenagem Santa Maria” de Godinho (2013). *Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa*. Florianópolis.

---

<sup>i</sup> Disponível em: <https://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br/>

<sup>ii</sup> Disponível em: <http://libras.ufsc.br/>